ISSN: 2358-8829

"AINDA GUARDO O DIREITO, DE ALGUM ANTEPASSADO DA COR": Uma Análise Comparativa da Trajetória das Políticas Públicas Federais para a Juventude Negra (2012–2024)

Jadiele Cristina Berto da Silva [1]

RESUMO

Uma das face mais perversa do racismo reflete-se na assimetria da violência letal no país. A desigualdade racial afeta historicamente as juventudes negras, cujos membros representam as principais vítimas de homicídios no Brasil, majoritariamente homens, jovens, negros e de baixa escolaridade. A violência manifesta-se de maneira distinta em relação à idade, gênero, raça e localização geográfica, delimitando racialmente quem tem o direito à vida e quem está exposto à vulnerabilidade extrema. O presente trabalho busca propõe uma análise comparativa e documental entre as diretrizes educacionais contidas no Plano Juventude Viva (PJV, 2012) e no Plano Juventude Negra Viva (PJNV, 2024). O objetivo central é mapear as transformações teóricas, conceituais e normativas ocorridas na última década no âmbito das políticas públicas federais voltadas à população jovem e negra. No âmbito metodológico, adota-se a pesquisa bibliográfica e documental em instituições públicas. Para o desenvolvimento do estudo, empregar-se-á uma abordagem interdisciplinar, justificável pelas contribuições de diferentes campos do conhecimento para o tema. O referencial teórico fundamenta-se em autores do campo das Ciências Humanas e Sociais, organizando-se a partir dos aportes teóricos de hooks (1994), Fanon (2008), Almeida (2018), Mbembe (2018) e Carneiro (2023). A transição do Plano Juventude Viva (2012) para o Plano Juventude Negra Viva (2024) reflete um deslocamento paradigmático nas políticas públicas federais: o modelo de mitigação de vulnerabilidades territoriais e inclusão social (2012) evoluiu para uma abordagem calcada no enfrentamento do racismo estrutural e na reforma institucional do Estado (2024). Essa mudança conceitual reposiciona a juventude negra de destinatária passiva de programas de proteção social para sujeito político central no debate sobre segurança pública, direitos humanos e justiça cognitiva.

Palavras-chave: Promoção da igualdade racial; Políticas Públicas de Juventude; Racismo Estrutural; Direitos Humanos.

[1] Mestranda em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Bacharelanda em Direito pela Universidade Federal da Paraíba. Licenciada em Geografia e geógrafa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Email: acdjadbert@gmail.com.